

ATA DA REUNIÃO		
Data da reunião: 14.05.2024		
Hora início: 18h	Hora fim: 20h30min	
Local: Prefeitura de Caçador		
Município envolvido: Caçador		
Assuntos: Oficina Técnica I – Macrozoneamento, eixos, instrumentos, princípios, diretrizes, objetivos		
Entidades: Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município, Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador e Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA		

PARTICIPANTES
Conforme Lista de Presença.

Dados Pessoais não citados em respeito aos preceitos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

Notas da Reunião
<p>Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, presencialmente, realizou-se a Oficina Técnica Um, iniciada às dezoito horas, que envolveu os membros da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município, sob a presidência da senhora Taize T., do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador e da Equipe Técnica do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. A senhora Ana Letícia S. G. apresentou o protocolo inicial de reuniões. A senhora Taize T. agradeceu a presença e declarou aberta a reunião. A senhora Ana Letícia S. G. apresentou as etapas de Revisão do Plano Diretor, e declarou finalizada a primeira etapa, que é a etapa do Diagnóstico. Discorreu que está sendo iniciado o Prognóstico e explanou essa etapa. Um membro presente questionou se as propostas no Prognóstico seriam definitivas ou seriam alteradas posteriormente. A senhora Ana Letícia S. G. respondeu que alguns parâmetros no Prognóstico ficariam direcionados de forma específica e outros ficariam definidos como parâmetros gerais, mas que os membros estariam recebendo o material para análise. O senhor Lucca D. S. discorreu sobre os princípios, diretrizes e objetivos de: Desenvolvimento Sustentável; Igualdade e Justiça Social e Territorial; Função Social da Cidade; Função Social da Propriedade; Gestão Democrática e Participação Popular; e Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural. Explanou sobre o macrozoneamento, sua definição, características, objetivos, considerações para delimitação e exemplos de aplicação. Explicou sobre o macrozoneamento vigente do Município e as características específicas de Caçador que influenciaram na elaboração da versão preliminar, além das seis macrozonas propostas: Macrozona Urbana Prioritária; Macrozona Urbana Secundária; Macrozona de Desenvolvimento Econômico; Macrozona de Transição; Macrozona de Desenvolvimento Rural; e Macrozona de Proteção Ambiental. Discursou sobre os eixos viários estratégicos e explanou os conceitos, características e as propostas para Caçador, sendo: Eixo de Adensamento Prioritário; Eixo de Adensamento Secundário; Eixo de Centralidade; Eixo Panorâmico; Eixo de Desenvolvimento Econômico. A senhora Joselaine T. iniciou a apresentação dos instrumentos urbanísticos propostos para Caçador. Explanou sobre a aplicação em cadeia do instrumento de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória e Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo. Um membro da Comissão questionou, se o acréscimo de quinze por cento da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo é cumulativo. A senhora Ana Letícia S. G. respondeu que não é cumulativo, que a alíquota aumenta gradativamente ao decorrer dos anos até atingir a alíquota de quinze por cento. A senhora Joselaine T. continuou a explicação sobre a Desapropriação com Pagamentos em Títulos da Dívida Pública. A senhora Ana Letícia S. G. explanou a Desapropriação precisa ser efetivada pelo Senado, e é um processo complexo e que leva tempo para ser executado. Um membro presente questionou se este é um instrumento geralmente contestado. A senhora Ana Letícia S. G. esclareceu que não, pois o exercício da função social não significa que deverá ser implantado um equipamento público, mas que seja cumprido o estabelecido no Plano Diretor para atender a função social. A senhora Taize T. contribuiu com o esclarecimento de que a função social seria dar uso ao terreno, no qual será desenvolvido uma atividade perante todo o entorno, fazendo o aproveitamento da infraestrutura existente. A senhora Ana Letícia S. G. destacou que como são disponibilizadas várias oportunidades para o proprietário dar uso ao terreno, dificilmente ocorre uma contestação. Um membro presente questionou se havia algum exemplo de município em que o instrumento tenha sido aplicado. A senhora Ana Letícia S. G. respondeu que durante o período de elaboração de novas propostas, será buscado um exemplo para ser apresentado. A senhora Taize T. complementou que o objetivo do instrumento é dar uso para aquele ambiente que está vazio. Um membro presente complementou que a cidade de Balneário Piçarras possui um exemplo de aplicação do instrumento. A senhora Joselaine T. continuou a explanação sobre os instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória e Direito de Preempção, citou exemplos e apresentou as propostas desses instrumentos para o município de Caçador. Explanou que são propostas e que posteriormente, tais propostas seriam avaliadas pela Comissão e pelo Conselho. Um membro presente questionou se nas áreas classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS foram analisadas as declividades. A senhora Joselaine T. explicou que seria esclarecido mais à frente na apresentação. Explanou sobre o instrumento de Outorga Onerosa do Direito de</p>

Construir, Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Estudo de Impacto de Vizinhança, suas definições, objetivos, formas de implementação e propostas desses instrumentos para Caçador. Explicou os instrumentos de caráter tributário, sendo: Imposto Predial e Territorial Urbano; a Contribuição de Melhoria; e Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros. Explanou sobre a readequação, implantação e redução das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, bem como foi calculada as áreas para implantação dessas zonas. Apresentou a proposta para a Área de Proteção Cultural, que envolveu a Catedral São Francisco de Assis e o eixo visual dela até a Estação Ferroviária de Caçador, e destacou que essa área está classificada como área de risco hidrológico, por estar no entorno do Rio do Peixe, e a proposta busca restrições urbanísticas para a proteção e preservação dessa área. Explanou a possibilidade de desenvolver novos instrumentos, adaptados à realidade municipal, como cota de solidariedade, incentivos à fruição pública, fachada ativa e uso misto. A senhora Ana Letícia S. G. questionou se havia dúvidas em relação a apresentação. Um membro presente questionou se haveria tempo para avaliar as propostas e contribuir como novas questões. A senhora Ana Letícia S. G. respondeu que as organizações podem avaliar as propostas e sugerir adequações ou até mesmo novas propostas. A senhora Ana Letícia S. G. destacou que a apresentação seria disponibilizada no site do CINCATARINA e que as contribuições poderiam ser enviadas até o dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro. A senhora Ana Letícia S. G. solicitou que ficassem na reunião os membros titulares de cada organização, e os dividiu em um grande grupo para dar início a dinâmica da oficina técnica. A senhora Ana Letícia S. G. explicou o procedimento a ser seguido durante a oficina técnica, que tem como objetivo discutir e debater sobre as propostas de princípios, objetivos, diretrizes, macrozoneamento, eixos viários estratégicos e instrumentos urbanísticos para Caçador. A oficina teve duração aproximada de uma hora e trinta minutos. Ao término do período, a senhora Ana Letícia S. G. distribuiu os cartogramas não utilizados devido à ausência de mais membros da Comissão e do Conselho, para os participantes discutirem com as suas entidades. Destacou para que as contribuições sejam enviadas até dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, pelo e-mail pensarcacador@cincatarina.sc.gov.br. Não houve mais considerações e a senhora Taize T. encerrou a reunião às vinte horas e trinta minutos.

Próximos passos da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município de Caçador:

1. Enviar novas propostas por e-mail em até dez dias úteis, com prazo final até o dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro.

Próximos passos da equipe técnica do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA:

1. Compilar e analisar as novas contribuições referentes aos temas apresentados na Oficina Técnica Um; e
2. Desenvolver a Oficina Técnica Dois com base nas novas propostas identificadas.